

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XII - Nº 216 - DE 05 A 19 DE JUNHO DE 2001 - R\$ 1,00

**Os camponeses pobres  
retomam as ocupações  
e os saques:  
todo apoio a eles!**

**Fora com a conciliação de classe!  
Rechaçar as ilusões na farsa das CPIs!  
Pelos Tribunais Populares, para julgar  
e punir de verdade a burguesia corrupta!**

**Organizar a unidade dos oprimidos sob a  
estratégia do governo operário e camponês!  
A emancipação dos trabalhadores será  
obra dos próprios trabalhadores!**

**Contra o apagão e a taxaço:**

**Fim das privatizações!**

**Reestatizar as privatizadas  
sob controle operário!**

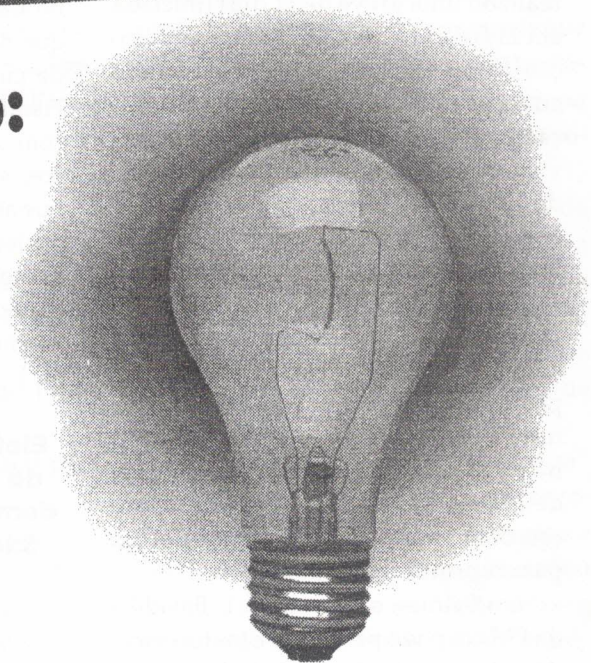
**Nenhuma taxa ou imposto  
sobre os assalariados!**

**Nenhuma demissão!**

**Que os capitalistas paguem pela crise!**

**Bolívia URGENTE: Todo apoio à luta revolucionária!**

**Liberdade às lideranças presas! Fim dos processos contra elas!**



# Quinzena de luta do movimento operário

**Diante dos ataques do governo e dos patrões os trabalhadores reagem, mas a luta é amortecida pelas direções sindicais**

## **Funcionalismo público: luta contra o arrocho salarial**

Diante do arrocho salarial promovido pelo governo pró-imperialista de FHC, que dedica-se a atender aos interesses da burguesia imperialista (pagando os juros da dívida externa, privatizando as empresas estatais, abrindo o mercado aos produtos importados etc.) e a sucatear ainda mais os serviços públicos, os trabalhadores deste setor tem procurado reagir aos salários arrochados. As direções sindicais burocráticas, no entanto, apostam na conciliação e amortecem a luta, como mostra o exemplo da greve dos policiais, dos eletricitários e dos metroviários de São Paulo.

## **Policiais: havia possibilidades de greve unificada**

Nas últimas semanas, até mesmo os policiais tiveram de reagir aos baixos salários. Em Tocantins, a Polícia Militar realizou uma greve de 11 dias (iniciada em 21/05), envolvendo toda a corporação (cerca de 3.300 homens), visando ao reajuste de 47% e direito a gratificação para risco de vida. Os policiais grevistas demonstram grande disposição de luta. Ocuparam os 11 quartéis do Estado, acompanhados por suas mulheres e filhos, e mantiveram sob seu controle as viaturas e os armamentos (espingardas, revólveres, fuzis e granadas) do Estado. Mesmo com esta disposição da categoria e com este aparato nas mãos, a direção sindical não ampliou a radicalização do movimento e cedeu ante a ofensiva do governo estadual que não poupou esforços para reprimir o movimento.

Em Palmas, o quartel do 1º Batalhão da PM ocupado pelos grevistas foi cercado pelo exército. Cerca de 900 soldados estavam na cidade. Todas as entradas foram fechadas com barreiras de arame

farçado e militares armados com fuzis. No dia 28/05, pela manhã, 12 PMs foram presos e encaminhados a um galpão ocupado pelo Exército no aeroporto. Durante a madrugada do dia 30/05, a luz e a água foram cortadas e os tanques moviam-se ao redor do 1º Batalhão como se fossem invadi-lo a qualquer momento. Na última 5ª feira, decretou-se o fim da greve. A direção sindical disse estar com grande expectativa em relação as negociações.

A direção sindical de Tocantins deveria ter trabalhado pela unificação para tirar a greve do isolamento. O governo apostava no isolamento para vencer pelo cansaço, caso não conseguisse, usaria a força repressiva do exército. E havia possibilidade de luta em outros estados: em São Paulo, por exemplo, os PMs das Zonas Sul e Norte não realizaram a greve marcada para o dia 28/05, porque atenderam ao apelo da Associação dos Cabos e Soldados da PM.

Somente a greve unificada e radicalizada pode quebrar a ofensiva do governo. Os governos dos estados já alertaram que darão reajustes salariais, pois terão de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal que não permite gastos "extras" com a manutenção dos serviços públicos, sobretudo com salários. É preciso que as direções sindicais levem este descontentamento às últimas consequências, construindo um movimento que se pautem pelo método da ação direta (paralisação, ocupações, bloqueios de ruas etc.).

## **Eletricitários: trabalhadores do Rio de Janeiro reagem as demissões e trabalhadores de São Paulo não engrossam a luta.**

Os funcionários da Light, empresa de energia elétrica do Rio de Janeiro, realizaram uma greve de 6 dias (iniciada em 21/05), devido a demissão de

364 trabalhadores e a perspectiva de mais 400 demissões. A direção do Sindicato dos Trabalhadores com Energia, no entanto, resolveu aceitar o acordo proposto pela secretária Estadual de Trabalho, que só prevê um pacote de "benefícios" aos demitidos (além do pagamento da indenização obrigatória, mais 4 a 6 salários, bolsa de estudo para os dependentes e R\$ 700 para um curso de requalificação).

Enquanto os trabalhadores eletricitários suspendiam a greve no Rio de Janeiro, em São Paulo, os 1.000 trabalhadores da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (EMAE) entraram em "estado de greve" na tentativa de conseguir negociação com a empresa sobre a PLR prevista no acordo coletivo do ano passado. Os eletricitários da Empresa Paulista de Transmissão de Energia (EPTE) e da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) marcaram uma greve para 30/05. De acordo com o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, visa-se à reposição das perdas provocadas pela inflação e 5% de aumento real, já que a categoria tem data-base em junho.

Diante dos problemas causados pela crise energética no país, onde o desemprego se tornará maior e mais grave, os trabalhadores eletricitários devem organizar um movimento amplo contra as reformas privatistas de FHC, pela reestatização das empresas privatizadas, pelo emprego a todos através da escala móvel de trabalho etc. Devem rejeitar os acordos da burocracia com as empresas.

## **Metroviários: sairão ou não em greve?**

Mesmo diante das duras condições impostas pelo governo, que vão de arrochos salariais à atual crise de energia, os cerca de 7.300 metroviários, cuja paralisação tem um papel bastante importante

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

no movimento de luta dos trabalhadores, continuam na defensiva. Com data-base em 1º de maio, eles reivindicam 7,74% de reajuste, 4,14% de produtividade e 7,86% de reposição de perdas salariais acumuladas no período de maio de 99 a abril de 2000. A empresa, por outro lado, quer pagar 5,5% de reajuste e reduzir os percentuais de adicional noturno e horas-extras.

Os metroviários suspenderam a greve marcada para o dia 29/05, mantendo-se em “estado de greve”. O TRT concedeu à empresa uma liminar para o funcionamento de 70% dos trens nos horários de pico e 50% nos demais. E ainda corroborou isso com um multa fixada no valor de R\$ 100 mil por dia em caso de descumprimento da liminar, e multa de R\$ 40 mil em caso de manifestação e atos de “vandalismo” que venham a “danificar o patrimônio público”. Para os tribunais marionetes da burguesia, ação direta é vandalis-

mo e greve é dano ao patrimônio público. A direção do Sindicato dos Metroviários, mesmo admitindo que os trabalhadores no ano passado abriram mão de reajuste em troca da manutenção de benefícios, defendeu uma manifestação pacífica e distracionista, no dia 30/05, na Assembléia Legislativa, onde pediram ao presidente da casa, Walter Feldman, do PSDB, que intercedesse junto ao governo e a empresa.

Com esta política, a direção do Sindicato dos Metroviários fortalece a ilusão da categoria no parlamento e não promove a luta que poderia servir para ascender o movimento grevista no estado. O governo não concederá reajuste à categoria se depender de sua boa vontade. Somente a luta unificada dos trabalhadores dos vários setores, com um movimento massivo e radicalizado poderá arrancar do governo o que os trabalhadores necessitam.

Os trabalhadores têm saído às ruas contra o arrocho salarial, demissões e privatizações. A greve dos portuários, transportes urbanos em vários Estados e dos policiais no Paraná e Tocantins indicam a radicalização dos métodos de luta para enfrentar os patrões e governo. Os professores de Piauí e Aracaju estão em greve e as reivindicações também são de reajuste salarial.

A palavra de ordem do governo é não ceder a nenhum dos movimentos. As direções sindicais nada fazem para unificar a luta grevista e ampliar o movimento de massa contra o governo e a burguesia.

**Nossa resposta:** que os sindicatos e a CUT convoquem as assembleias para aprovar um plano único de reivindicações e um só movimento grevista. É hora de unificar o combate e dirigi-lo contra o governo corrupto, de fome e miséria.

## Confluem elementos de uma crise mais ampla

Nas últimas semanas, confluíram acontecimentos que indicam agravamento da crise política e social no País. São eles: desfecho da violação do painel eletrônico do Senado, pacote governamental denominado apagão e cerco militar aos PMs de Tocantins que ocuparam o Quartel. Ainda faz parte desse quadro os escândalos de corrupção nas extintas Sudene e Sudan.

Tais acontecimentos só aparentemente estão desligados. Na realidade, são manifestações distintas do mesmo fenômeno, que têm no fundo a crise estrutural do capitalismo e a política econômica pró-imperialista, antinacional e antipopular do governo FHC.

Mundialmente, a economia entra num curso recessivo, acirra a guerra comercial e o capital parasitário reflete profundos desequilíbrios. O Brasil constitui um elo débil do capitalismo mundial e recebe o impacto dos choques externos. Em meio a

essa situação, esgota-se a política econômica de FHC e sobressaem os resultados catastróficos.

As divisões internas no poder do Estado fizeram explodir um dos maiores escândalos da história, uma vez que todos partidos oficialistas se viram imersos na corrupção, fraudes etc. A decomposição econômica se converte em apodrecimento político do conjunto da representação burguesa. É a própria classe dominante que se mostra historicamente esgotada e politicamente apodrecida.

A saída triunfante de ACM e a manutenção do quadro político/administrativo mostram o quanto as instituições da burguesia estão arcaicas e contrapostas às necessidades econômicas e sociais do País. A crise energética não é para menos. Está vinculada ao gigantesco endividamento com os banqueiros internacionais, que sangram os recursos do Brasil semicolonial.

Mais uma vez, o governo descarrega os efeitos sobre a população trabalhadora. A extraordinária greve dos PMs que ousaram exercer a greve e a ocupação do Quartel, com suas mulheres e filhos, empunhando armas, indicam que nem mesmo o aparato repressivo do Estado está imune à crise social. Mas o que resalta nessa situação é o fato do exército se dispor a sufocar com sangue a rebeldia dos policiais, que, segundo a ordem burguesa, devem passar fome e não se rebelarem.

As condições objetivas exigem organizar o movimento unitário dos trabalhadores, com seu programa e métodos próprios de luta. É necessário tomar as iniciativas políticas a partir das necessidades da classe operária, dos camponeses pobres e da classe média arruinada. Contra o apagão! Contra a segunda fraude de FHC e do Congresso com a renúncia! Em defesa do direito de greve dos PMs.

**A falta de energia é culpa do governo e dos capitalistas**

# **Apagão com taxaço: medida reacionária que expressa a desintegração do capitalismo**

A crise da energia elétrica no Brasil não é fato isolado. Nos Estados Unidos também ocorre racionamento pelo mesmo motivo. A falta de energia tem suas raízes na desintegração do modo capitalista de produção, e é mais um elemento que expressa a necessidade da revolução socialista internacional.

O caso do Brasil tem o agravante da utilização da crise pelo governo pró-imperialista para a taxaço dos assalariados, a fim de alcançar as metas de arrecadação impostas pelo capital financeiro internacional, e benefício da privatização.

## **A crise no Brasil**

A produção de energia é fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas. Na fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, os próprios capitalistas investiam em larga escala na geração e distribuição de energia de várias formas, pois o negócio era extremamente lucrativo. No caso do Brasil, o investimento energético foi feito essencialmente pelo Estado, por meio de endividamento público. Nos momentos de crescimento econômico, a burguesia necessitava de ampliação em larga escala da produção de energia, para sustentar a implantação e desenvolvimento das fábricas das multinacionais e dos grandes empresários nacionais.

A década de 1990 esteve marcada pela aplicação das políticas neoliberais nos países atrasados, como o Brasil, a fim de permitir a alta lucratividade capitalista em meio à crise mundial de superprodução. A essência do neoliberalismo é a abertura de mercados, privatizações e cortes de gastos públicos, a fim de favorecer as multinacionais e o capital financeiro parasitário da dívida pública. O Estado deveria então destinar todos os recursos para garantir o sustento dos parasitas capitalistas. Não haveria condições de investir em grandes obras, como hidrelétricas, que deveriam ser privatizadas. O governo FHC foi o mais esmerado em cumprir essas metas, e não investiu um centavo na geração e distribuição de energia. Em poucos anos, concretizou-se o esgotamento, porque os investidores que arremataram as estatais elétricas não têm interesse em investir bilhões na construção de hidrelétricas e transmissão de energia, pois não há perspectivas de retorno em curto prazo. Isso pelas tendências da crise econômica, que aponta para a recessão. Por que investir em energia, que só poderá dar algum lucro dentro de décadas, se é possível lucrar bilhões na especulação imediata? A submissão da geração e distribuição de energia a interesses privados levou o Brasil à sinuca do raci-

onamento. Durante os momentos de crescimento da produção, as empresas energéticas privatizadas consumiram mais água que o normal, atacando as reservas para os períodos de estiagem, e obtiveram grandes lucros. Agora, a falta de energia é atribuída à falta de chuvas. Mas o mês de maio teve alto índice pluviométrico.

## **FHC faz mais um confisco, tipo CPMF**

A resposta do governo FHC foi a utilização da crise energética para impor mais um confisco sobre os assalariados. O caso do Brasil é ainda mais escandaloso. A energia produzida nacionalmente é suficiente para o consumo. Mas não há uma rede de distribuição de energia capaz de compensar a falta do sudeste e nordeste com as sobras do sul e norte. E não há nenhum plano governamental voltado a sanar esse problema tão simples. O governo fala em falta de água, mas não há nenhum plano de contenção de consumo. A economia feita pelo governo, apagando lâmpadas de ruas, é na verdade um ato de pressão contra a população, porque a economia causada pelo apagar das lâmpadas de uma rua inteira equivale a desligar um único chuveiro dessa rua. Ou seja, a economia é ínfima, mas aterroriza as pessoas com a ameaça do apagão, que voltam para suas casas e desligam lâmpadas, que também não evitarão a taxaço governamental.

As metas de consumo de energia foram fixadas não em função das necessidades do país, e sim para garantir que não serão cumpridas, e assim será possível arrecadar mais taxas. A redução de 20% no consumo de uma família que já economiza ou gasta pouco é impossível. Mas os burgueses que consomem e desperdiçam muito poderão cortar uma piscina aquecida ou coisa parecida e ficam de fora da taxaço. Quem desperdiça mais fica livre do confisco, quem já economizava vai ter de pagar mais.

Tudo isso para beneficiar os capitalistas. Os parasitas da dívida pública terão a garantia de maior arrecadação pública. Os que compraram as estatais energéticas terão mais arrecadação com menos custo. Os investidores ficarão mais interessados em adquirir as estatais que restaram, pois estarão mais lucrativas. E a nação ficará sem a ampliação de energia necessária, com menos empregos e mais taxas a pagar.

## **A crise de energia é expressão da desintegração capitalista**

A geração e transmissão de energia é decisiva na economia. O fato de que não interessa mais aos capitalistas inves-

tir nesse setor estratégico pela ausência de possibilidades imediatas de lucro é mais um sintoma da desintegração do capitalismo. Mostra que esse modo de produção não é mais capaz sequer de garantir as atuais condições de vida à população, pois obriga, para que se mantenham os lucros dos capitalistas, a apagões, racionamento etc. Ou seja, a um retrocesso geral nas forças produtivas (queda geral da produção) e na utilização de conquistas da humanidade, como a iluminação elétrica, telecomunicação, eletrodomésticos etc.

A manutenção e ampliação das possibilidades criadas pelo avanço tecnológico dependem de colocar a economia sob controle e planejamento coletivos, não mais subordinada a interesses particulares. Depende portanto da revolução socialista, que permitirá multiplicar as possibilidades con-

quistadas pelo homem até hoje, e levar a humanidade a um futuro sem carências, sem fome, miséria, doenças e opressão de qualquer forma.

### **A resposta proletária**

Contra o racionamento e apagão, que são culpa da burguesia, os assalariados têm de responder:

Não ao racionamento e à taxaço! Que os capitalistas paguem pela crise!

Fim das privatizações! Reestatização das privatizadas sob controle operário!

Nenhuma demissão! Nada de cortes de energia!

Não pagamento da dívida externa! Plano imediato de obras distribuição e mais geração de energia!

## **Fortaleza**

# **Greve dos motoristas de ônibus**

A greve dos motoristas de ônibus, em Fortaleza, iniciada no dia 18/5 durou 7 dias e foi marcada pela radicalização da base. Os trabalhadores exigiam um aumento de salário de R\$610,00 para R\$710,00 e elevação do vale alimentação de R\$2,00 para R\$2,50.

A paralisação atingiu praticamente toda a frota. Os motoristas levantaram barreiras e bloquearam completamente os terminais de Parangaba, Antônio Bezerra e Siqueira. Os outros foram parciais. Diversos ônibus foram queimados e um incendiado.

O Sindiônibus (patronal), prefeitura e a imprensa fizeram forte campanha de difamação da greve, que chegou a ser considerada ilegal pelo TRT.

O Sintro (trabalhadores) é dirigido por independentes/PCdoB. A direção

conduziu a greve o tempo todo para o isolamento. Não aglutinou os trabalhadores de outros setores e não trabalhou para transformar a greve num instrumento de luta contra o prefeito Juraci (PMDB), lacaio dos empresários de ônibus, que lucram fortunas com uma das passagens mais caras do país. Essa direção sindical se recusou a defender bandeiras elementares como aberturas das contas das empresas e redução do valor das passagens, aumento da frota em circulação, estatização do sistema de transporte (sob o controle dos trabalhadores), passe livre para os estudantes e desempregados. A CUT (Articulação), por outro lado, também negou-se a fazer uma campanha de unificação e solidariedade aos motoristas em greve.

Mesmo com a radicalização da base, a greve ficou isolada e começou a

declinar. Nos últimos dias da greve, o Sintro capitulou frente ao TRT e pôs 70% da frota em circulação. Ainda assim, os motoristas ameaçavam sair às ruas com as catracas livres caso o Sindiônibus não atendesse as reivindicações.

Após 7 dias de greve, sob a intervenção de deputados Chico Lopes (PCdoB) e vereadores Nelson Martins (PT), o Sintro suspendeu a greve, negociando uma miséria de salário (R\$650,00) e o vale para R\$2,50.

A disposição de luta dos grevistas e a radicalização da greve mostram bem o verdadeiro caminho para se arrancar as reivindicações do patronato. Porém, é necessário combater as direções corporativistas e conciliadoras. Para isso, há que construir a fração revolucionária nesse setor com um programa proletário.

# **Tribunais populares para punir a burguesia, seus parlamentares e governo corrupto**

Os corruptos do senado renunciaram para em seguida continuar concorrendo às eleições e ocupando os altos cargos no governo e no Parlamento. O governo FHC, como os outros anteriores, está até a medula envolvido em toda sorte de corrupção. Os partidos que o sustentam são qua-

drilhas que assaltam os orçamentos do Estado e, volta e meia, entram em atri-tos. É nesse momento, que vem à tona toda a podridão.

Os reformistas do PT e seus aliados chamam a população a apoiar a CPI contra a corrupção. Querem que o povo acredite que os corruptos vão

punir eles mesmos. Na verdade, estão atrás de votos para a disputa eleitoral.

**Nossa resposta:** Pôr em pé um tribunal popular para apurar e punir os crimes da burguesia contra os oprimidos e o país. Sair às ruas para combater os exploradores e o governo corrupto.

# Camponeses pobres iniciam as ocupações e saques: todo apoio à sua luta

Metade dos municípios do Nordeste enfrenta a fome e a miséria da maioria de sua população. Dos 1785 municípios dessa região, 770 estão em “estado de calamidade pública”. Os números aumentam todos os dias e a população em desespero. A agricultura de subsistência não sobreviveu à seca. As plantações de milho, feijão e mandioca morreram esturricadas pelo sol e pela falta de chuva.

No Rio Grande do Norte, os camponeses pobres não colheram nada do jerimum, feijão e milho. Já são 122 municípios atingidos pela fome, de um total de 167. Em Caicó, o açude que abastece 60 mil pessoas secou.

No Ceará, são 89 municípios assolados pela “seca verde” (a quantidade de chuva não é suficiente para manter as plantações e o gado). No Cariri sequer há água para beber.

No Piauí, de 222 municípios, 100 já estão na penúria. A perda da safra no Estado é de 90%. Em Pio IX, o açude Ingazeira com capacidade de 9 bilhões de litros está totalmente seco. Os açudes que ainda têm alguma reserva secarão em pouco tempo, pois há uma perda de 30% devido a evaporação.

Na Paraíba, 167 dos 223 municípios existentes se encontram na mesma situação. Em locais como Juazeiro e Esperança a falta de água e comida é total.

Em Pernambuco, são 127 de um total de 184 municípios. A população sobrevive com as sobras do ano passado. Mas estão no fim.

Em Alagoas, de 102 municípios existentes, 78 que vivem da plantação do milho e feijão e esta morreu.

O Estado de Sergipe com 75 municípios, 48 vivem a situação de mi-

serabilidade.

Na Bahia, 280 municípios estão nessas condições. As plantações de milho, mandioca e feijão foram dizimadas.

Há também 230 municípios do norte de Minas Gerais. Nas regiões dos vales do Mucuri e Jequitinhonha, que são as mais pobres do Brasil, são também as mais atingidas pela fome.

Esse quadro mostra que serão os camponeses pobres, que sobrevivem com um pequeno pedaço de terra e que plantam para a sobrevivência, que sofrerão as duras conseqüências da perda das lavouras e do longo período de estiagem.

## Atitude do governo diante dessa miséria

O governo FHC nomeou o Ministro Jungmann (o da chamada reforma agrária) para cuidar da seca no Nordeste. Disse de antemão que há “limites orçamentários” e tem de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ou seja, não há dinheiro. Criou uma “Câmara Setorial Extraordinária”, do mesmo tipo da “Câmara de Gestão da Crise de Energia” para administrar a crise no Nordeste.

Diante da fome generalizada, o governo prometeu aumentar as cestas-básicas, distribuição de água em carros-pipa. O descaramento chega ao ponto de dizer que as medidas não são de combate mas sim de “convívio” com a seca. Também afirmou que estão estudando as possibilidades de bolsa-escola e de frente de trabalho. O governo, na verdade, faz piada com a miséria. “Em vez de pegar na enxada, queremos que o tra-

balhador pegue no mouse”. Esqueceu que nem energia elétrica têm os camponeses, para que servirá aprender manusear um computador?

Enquanto o governo estuda e faz propostas mirabolantes, os camponeses pobres estão morrendo à míngua.

## Onde foi parar a água e o dinheiro?

As denúncias de corrupção nos organismos do Estado estão por toda parte. Os projetos de irrigação estão parados e o dinheiro sumiu. Em regiões que são ricas em água, como a da serra do Araripe (Ceará), com 96 nascentes, os camponeses vivem sem água. Acontece que essas águas são privadas. Pertencem aos fazendeiros e servem para molhar o capim de seus latifúndios.

Por outro lado, o governo não investiu quase nada do dinheiro disponível para combater a seca. O Dnocs (responsável pela água), Proágua (pelas barragens e adutoras), a Conab (pelo abastecimento), a ex-Sudene (pelo desenvolvimento do Nordeste) e outras centenas de órgãos estão atolados na corrupção. Não é por acaso, que todo ano a situação é a mesma. E quando o problema se torna grave, o governo apresenta uma miséria de recursos, que nem dá para molhar a boca dos milhões de camponeses.

## Aumentam as ocupações e os saques

Os saques são as provas mais contundentes da fome dos campone-

ses e da população desses municípios. Os prefeitos temem a generalização e pressionam o governo federal para soltar alguma migalha.

Para os famintos não há outra alternativa senão a ocupação. Os trabalhadores do campo ocuparam prefeituras, a exemplo da de Crato. A procura de comida e trabalho obrigam os camponeses a se deslocarem para as cidades. Por sua vez, os comerciantes fecham as portas dos armazéns e supermercados. As carretas com mantimentos são saqueadas. Na Paraíba, a merenda das escolas rurais está sendo saqueada. Os camponeses gritam: “É fome, fome, fome”. O desespero das famílias camponesas leva ao saque.

O saque é a resistência coletiva dos camponeses pobres. Não há outra via senão a ação direta. Ocupar prédios públicos, ocupar os latifúndios irrigados e cheio de produção e saquear a comida, onde ela estiver, são métodos próprios dos trabalhadores. A crise da seca, da energia, do desemprego, dos baixos salários atingem somente as massas trabalhadoras. A via de combate é a luta direta contra o governo corrupto, os latifundiários, enfim contra a classe burguesa. Esta sim se enriquece com a crise. Com a “indústria da seca”, com a privatização das estatais, com o roubo do dinheiro público, com a superexploração do trabalho etc.

Aos camponeses pobres o caminho é o da resistência. Daí a importância dos comitês de auto-defesa, da unificação com os operários e trabalhadores empobrecidos das cidades e da organização de um amplo movimento do campo e da cidade, que ganhe às ruas, para pôr abaixo o governo dos latifundiários e dos empresários. Para pôr abaixo a fome e a miséria. Para pôr abaixo o sistema de exploração do trabalho. Para isso, le-

vantemos a aliança operário e camponesa.

### **O que é a aliança operário e camponesa?**

Os camponeses convivem com a barbárie da miséria e da fome. A produção de subsistência mal dá para a família. A seca e a dizimação da pequena produção familiar tem sido constante no Nordeste. Sofrem na pele o analfabetismo e toda sorte de doenças. Os que não possuem um pedaço pequeno de terra (minifúndios) são obrigados a trabalhar nas terras dos latifundiários, nas condições de quase escravidão.

Uma parte desses camponeses migrou para os grandes centros urbanos para trabalhar nas indústrias. Forma parte do proletariado e recai sobre eles o peso do desemprego e dos mais baixos salários. Outra, perdeu o pedaço de terra e se tornou um trabalhador rural sem-terra e sem-emprego.

A história do Brasil está marcada pelas lutas dos camponeses pobres, pelos enfrentamentos às milícias armadas dos fazendeiros e ao aparato militar do Estado. Por toda parte, a violência da burguesia e de seus governos foi e continua sendo uma constante.

Os aliados dos camponeses são os operários (o proletariado). Os planos antinacionais e antipopulares atingiram em cheio a classe operária. O desemprego de milhões, a perda das conquistas sociais e o fechamento de milhões de postos de trabalho atestam o peso da crise econômica sobre o proletariado.

As reivindicações dos operários são as mesmas dos camponeses. A unidade entre o campesinato e a classe operária forma a maioria da população do país. Para derrotar o governo e a classe social que o sustenta (burguesia) é necessário soldar

a aliança operário e camponesa. O objetivo geral do proletariado é expropriar o grande capital industrial, comercial e financeiro. O objetivo geral do campesinato é expropriar o latifundiário e ocupar as terras. Trata-se da destruição da classe capitalista (da cidade e do campo), responsável pela fome e a miséria da maioria nacional.

Essas e outras reivindicações dessas duas camadas sociais oprimidas farão parte do programa da revolução social. A unidade operária e camponesa aumenta a capacidade de luta contra a violência reacionária dos governos e da burguesia. Os camponeses pobres isoladamente não poderão erradicar a fome e a miséria. Somente sob a direção da classe operária e do programa proletário, os camponeses poderão sair vitoriosos. Um passo importante é o de potencializar o método da ação direta. As ocupações de terras e prédios públicos, bloqueios, saques, as greves operárias, a paralisação da produção constituem elementos essenciais do programa revolucionário e da aliança operária e camponesa.

Os reformistas e a Igreja se aproveitam da situação para apregoar o legalismo e o pacifismo burguês. Querem achar as soluções no interior do Estado e do Parlamento burguês (corrupto). Combatem a aliança operário e camponesa. Não lutam por derrubar o sistema econômico que oprime e massacra a vida de milhões.

O Partido Operário Revolucionário chama os camponeses pobres e o proletariado a romper com a falsa democracia dos reformistas e se colocarem pela defesa da estratégia da revolução e ditadura proletárias. Único caminho para pôr fim ao grito desesperado do camponês: “fome, fome, fome”. Único caminho para pôr fim ao flagelo do desemprego.

## Mais um passo na reforma do ensino médio

Essa semana, a Secretaria da Educação de São Paulo divulgou através de uma teleconferência algumas medidas para o funcionamento do ensino médio. Usou do artifício de que o projeto piloto (191 escolas que aceitaram servir de cobaias) de ensino médio foi um sucesso. Para isso, apresentava as atividades que essas escolas estão desenvolvendo. Tinha a pretensão de mostrar que os pro-

fessores estavam felizes, as aulas eram dinâmicas, os alunos super-interessados e as escolas muito limpas e organizadas.

O objetivo era claro: São somente 191 e faltam 2200 escolas para se impor a reforma privatista. Mostrou que a experiência com a "flexibilização", ensino modular (semestral) deve continuar. E, por fim, encerrou dizendo que a comunidade deve assumir o trabalho nas es-

colas. É o chamado "trabalho voluntário" ("amigos da escola").

Para o governo, isso significa economia de dinheiro. Para o professor, significa desemprego ou redução do número de aulas a cada seis meses. Para o aluno, a destruição do ensino médio gratuito.

Professores e estudantes têm de levantar a luta contra a reforma destruidora do ensino público do governo.

## Aprovar o combate às medidas de destruição do ensino

O governo acelera a destruição da escola pública. A ampliação do tele-ensino (mecanismo para reduzir os custos com a educação, pois é nove vezes mais barato do que o ensino regular), o uso do professor-eventual (sem nenhum vínculo de emprego) e a utilização do trabalho voluntário nas escolas são provas dessa política governamental.

Cresceram o número de matrículas e o governo reduziu os recursos. Com isso, fecha salas, turnos e superlota as salas existentes. Chama a comunidade (pais) para prestar serviço gratuito e implementar as medidas privatistas. Enquanto isso, municipaliza o ensino fundamental, acaba com a educação infantil, elimina o ensino

técnico e da início à reforma do nível médio, com o objetivo de entregar parte do currículo às parcerias (comunidade, empresas, ONGs etc). O resultado tem sido o desemprego, precarização do trabalho, falta de vagas para os alunos e aprovação automática.

A diretoria da Apeoesp/PT, apresentou a mesma proposta: atividades nas escolas, caravanas à Assembléia Legislativa e uma reunião para avaliar. Sabemos que isso não leva a nada. É um faz de conta. Só favorece o investida do governo.

Muitos professores perguntam porque a diretoria não convoca assembléia. A razão está em que não quer enfrentar o governo, não quer correr o risco de uma

nova greve. Acaba com isso fazendo o jogo do governo.

**Nossa resposta:** Aprovar a convocação massiva de uma assembléia, um plano único de reivindicações e a unidade com os setores em greve.

Reajuste automático dos salários! Piso de R\$2000,00 por 20 horas semanais, abertura de salas e escolas, contratação imediata de todos os professores eventuais; fim do trabalho voluntário; extensão de todos os benefícios aos aposentados; emprego a todos os professores aptos ao trabalho; vagas para todos, estatização de todo o sistema de ensino (sob o controle dos trabalhadores); escola pública, laica, gratuita e vinculada à produção social.

## Mais dinheiro do Fundef é surrupiado

Para municipalizar o ensino fundamental (1ª até 8ª série), o governo criou um fundo, o Fundef. Os prefeitos recebem o dinheiro mediante o número de matrículas de alunos nesse nível de ensino. Boa parte desses recursos públicos nunca chegou às escolas. Há toda sorte de denúncia de roubo do dinheiro.

Nessa semana, o governador de Alagoas foi obrigado a afastar o presidente do Conselho Estadual de Educação, José Damasceno Lima. Este criou escolas fantasmas com aproximadamente 12 mil alunos. Usava esse mecanismo para ficar com o dinheiro do Fundef. O presidente do CEE não estava sozinho na ladroagem. Há denúncias de favorecimentos na abertura de

cursos no Centro de Ensino Superior de Maceió e de aprovar num só dia 281 processos, entre eles a criação de escolas.

Esses fatos comprovam que o Fundef só serviu para alimentar a corrupção dos Estados e dos municípios. O ensino fundamental, em boa parte das regiões, particularmente do Nordeste, se encontra quase todo municipalizado. As condições de ensino e trabalho pioraram ainda mais. Os professores recebem um salário dividido em duas partes: um piso (fixo) miserável e uma gratificação também miserável. A soma, na maioria dos municípios, não atinge sequer três salários mínimos. Sem dizer que o verdadeiro salário é o piso para todos os efeitos (aposentadoria, afas-

tamento por doença etc). E ainda os prefeitos atrasam os pagamentos.

A reforma educacional do governo tem como objetivo a municipalização, o que quer dizer passar a responsabilidade do sustento do ensino fundamental para as costas dos municípios. Inicialmente, para adocicar os prefeitos, o governo criou o Fundef. A situação é extremamente grave: o dinheiro sumiu, o Fundef tem prazo para terminar e os municípios ficaram com a maioria dos alunos da escola pública.

Os educadores, pais e alunos devem dizer não à municipalização e exigir a estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle dos trabalhadores.



# Assembléia dos municipais-SP aprova uma campanha distracionista

No dia 02, ocorreu assembléia dos funcionários municipais ligados à educação. A direção do SINPEEM (PCdoB/Articulação) limitou-se a dar os seguintes informes: 1) que as reuniões de negociação com a SME e SMA foram adiadas; 2) que tramita na Câmara a proposta de reforma administrativa, criando mais cargos de confiança com salários mais altos e demitindo outros; 3) que em função disso haverá um aumento na LDO em 10%; 4) que a Prefeitura cumpre na íntegra a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, que está em dia com o pagamento das dívidas com os empresários e governo federal. E, para concluir, a assembléia esvaziada votou favorável a um ato unificado com municipais em frente ao Gabinete da Prefeitura, sem caráter de assembléia, com data indicativa para o dia 26. E também de participar das caravanas a Brasília, e no dia 27 participar do ato chamado pela CUT, em defesa da CPI. Reafirmou a vigência do abaixo-assinado passado nas escolas no mês de maio, solicitando abertura de negociações, com base nas seguintes idéias: a) que a direção do sindicato chamou o apoio eleitoral na campanha de Marta; b) que lamenta a atitude da prefeita de reajustar os salários em 40% só do primeiro escalão;

## Condutores – Guarulhos

### Maioria traidora da direção sabota a assembléia

Na última terça-feira (dia 22/05) foi realizada uma assembléia, na qual os condutores mostraram seu descontentamento com as condições de trabalho e atraso de pagamento, vale, tickets, férias. Uma das principais colocações da classe foi a rejeição da proposta patronal de 9% de reajuste salarial, e da extensão da jornada de trabalho (já que os 30 minutos de almoço serão descontados).

Vendo a ação coletiva dos trabalhadores, um setor dos dirigentes sindicais mais do que depressa armou uma emboscada, chamando uma nova assembléia às pressas para o sábado e convidando “certos” dirigentes da CUT para tentar modificar a situação.

Como era de se esperar esta assembléia estava mais esvaziada, muitos companheiros estavam trabalhando, outros nem sabiam dela.

Na assembléia, este setor da direção e

c) que dessa forma a aliança com esse governo fica estremecida; d) que, mesmo assim, acredita que nesse governo democrático-popular a educação será prioridade.

Está aí o motivo do esvaziamento da assembléia. Por um lado, a categoria ainda está iludida com o governo de Marta, que posa de democrático e popular, apesar de desconfiar que não está do lado dos trabalhadores, pois mal assumiu e já aumentou as tarifas (transporte, IPTU): elevou os salários do primeiro escalão, envolveu-se com as falcatruas das empresas de lixo, mantém o arrocho salarial e apresenta a farsa do orçamento participativo. Por outro lado, a direção do sindicato não trabalha para ajudar as massas a superarem as ilusões nesse governo, que está a serviço da burguesia, e nem poderia, pois, como vimos, o PCdoB é aliado desse governo, defendendo a mesma estratégia de classe, e continua a colaborar com ele mesmo diante das traições.

Para não se desmoralizar, diante das pressões da base, a burocracia sindical apóia-se nesse descontentamento para tentar cavar um canal de negociação. Assim, inicia a campanha salarial não para desenvolver a luta, mas para “abrir

os dirigentes da CUT passaram a fazer um discurso de misericórdia para os patrões e o governo, afirmaram que não era o momento para a greve, pois havia uma crise financeira no país e colocou a culpa da crise dos transportes nos perueiros (muitos dos quais são condutores demitidos, vítimas da sede de lucros dos patrões).

Alguns dirigentes chegaram a falar em seu discurso, para aceitar a proposta patronal pois a greve traria demissões. Foram hipócritas ao ponto de falar que mesmo contra, “se a categoria quisesse a greve nós apoiáramos”.

Mas como a categoria iria para a greve se as suas próprias direções se colocavam contra o movimento.

Além do que é bom falar que, temendo que a base se radicalizasse, como ocorreu na assembléia de terça-feira, escolheram a assembléia de seguranças,

o diálogo com a prefeita”. Chama atenção de Marta para o problema da legalidade e da transparência, mas, no fundo, dá a trégua solicitada, pois espera que caiam migalhas na mesa de negociação, obtidas com os empréstimos vindos do exterior. Por fim, como está difícil abrir negociação, é obrigada a chamar os atos, e participar das velhas caravanas a Brasília, que não passam de atividades distracionistas, pois não conseguem fazer frente às medidas neoliberais, aplicadas também pelo reformismo petista.

Assim, o movimento continua submisso à unidade com a burguesia, em função dos objetivos mesquinhos eleitoreiros. Para fazer de fato a luta contra a reforma privatista neoliberal, é preciso alcançar a verdadeira independência de classe, isto é, romper com as alianças, fazer a luta grevista pelas reivindicações e aprofundar o método da luta de classes. Foi com esse objetivo que o POR participou da assembléia, chamando a unidade grevista estaduais/municipais contra as reformas, a Municipalização, o arrocho, o tarifação e defendendo as assembléias sindicais como verdadeiros organismos de decisão dos assalariados para julgar e punir a burguesia e seus partidos corruptos.

como se os trabalhadores fossem roubar o sindicato.

Assim, este setor da direção conseguiu enfiar goela a baixo dos trabalhadores a proposta patronal:

9% de reajuste, ticket de R\$ 6,50, formação de uma comissão de negociação e unificação do bilhete eletrônico (catraca eletrônica).

### Luta Individual

Alguns companheiros acham que resolverão os problemas individualmente ou por garagem, mas a questão dos tickets, dos atrasos, da situação das garagens são os mesmos em todas as garagens, em todas as empresas de ônibus. É necessário que se parem todas as garagens e se façam assembléias unificadas para fazer uma luta unitária e de massa.

## Judiciário – SP : O Tribunal de Justiça de São Paulo, juntamente com o governo lança mão de um plano de reclassificação de cargos e salários

Ao implementar o Plano de Reclassificação de Cargos e Salários o TJ/Governo, estará dando mais um passo no sentido de atacar ainda mais os trabalhadores. Trata-se de retirar conquistas e direitos, rebaixar salários, demitir e aumentar a sobrecarga de serviços, tudo para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, exigência do Governo e FMI de reduzir os gastos com o estado, de forma que possa continuar cumprindo os acordos feitos com os banqueiros nacionais e internacionais de pagamento do

juros das dívidas interna e externa.

Em outros setores do funcionalismo público, como o magistério, um plano como este está sendo implementado desde 1998 e até agora provocou o fechamento de milhares de salas de aulas e mais de quarenta mil demissões. Para os Judiciários, está colocado também o desemprego, mais arrocho salarial e aumento da exploração do trabalho.

Diante dessa situação, as associações e o sindicato, ao invés de organizar os trabalhadores para lutar estão enviando

emendas para o P.R.C.S., colocando ilusão de que o plano será bom para a categoria. Com isso estas entidades “representativas” mostram o quanto estão comprometidas com a cúpula do TJ.

Os trabalhadores do Judiciário devem rechaçar integralmente esse plano e essa política traidora e colaboracionista das entidades. Exigir imediata convocação de uma assembleia geral da categoria para decidir como lutar contra mais esse ataque as suas condições de vida.

## O método de estudo marxista

### Resumo do livro de Guillermo Lora “Curso de marxismo para operários”

O objetivo do estudo marxista é conhecer as leis da transformação da sociedade e da natureza. Isto se dá através da assimilação dos conceitos principais, comparando-os com a realidade levando em consideração a experiência dos trabalhadores na luta de classes.

O conteúdo marxista não deve ser muito prolongado. Os estudos intermináveis provocam a desistência. Portanto, os conteúdos para iniciantes devem ser os mais objetivos possíveis para o bom entendimento dos mesmos. Na verdade, os textos devem seguir de acordo com o nível teórico dos participantes.

Os pontos que são levantados para a discussão são feitos em forma de perguntas, antecipadamente e com bastante cuidado, para se chegar aos objetivos propostos. Sem expositor, pois deve incentivar os operários a pensar e expor suas idéias.

### Capítulos 1 e 2: burgueses e proletários; a luta de classes

A sociedade capitalista nasceu das ruínas do feudalismo e é a última organização social baseada na divisão da sociedade em classes. A característica mais importante do capitalismo é a separação do trabalhador dos meios de produção<sup>1</sup>. É nesta separação que encontra-se a explicação do conflito entre as duas classes – a luta de classes.

Reconhece-se as classes sociais de um sistema econômico observando o lu-

gar que cada um ocupa no processo de produção. A burguesia é a classe proprietária dos meios de produção social que emprega o trabalho assalariado. O proletariado é aquele que, privado dos meios de produção próprios, possui apenas a sua força de trabalho para poder existir e manter sua prole.

O salário é a soma em dinheiro para a manutenção e reprodução do operário e seus filhos. Existem vários tipos de salários. O salário real é justamente aquele medido pela quantidade de alimentos, roupas, etc que ele pode comprar. O salário mínimo vital é a soma do preço de todas as mercadorias necessárias aos operários para a sua sobrevivência. Neste sentido, a escala móvel de salário é importante para aumentá-lo na mesma proporção em que sobem os preços dos alimentos e roupas, por exemplo.

O capitalismo atua por cima das fronteiras nacionais, criando um mercado ou economia mundial. O imperialismo é a última etapa do capitalismo que o separa do socialismo. Caracteriza-se pela fusão do capital industrial com o capital dos bancos, formando o capital financeiro. E pela exportação do capital financeiro. Os países imperialistas acabam dominando a política e a economia do país submetido a sua influência por meio da dependência a exportação do capital financeiro.

A contradição fundamental do capitalismo é a apropriação individual do produto social. Enquanto as riquezas

são produzidas pelo trabalho coletivo dos operários, elas são propriedade de uma pequena minoria, a burguesia. Isto coloca os burgueses e proletários em posições contrapostas.

A contradição básica do capitalismo só pode ser resolvida pela Revolução Proletária. Para isto ocorrer é preciso que a classe operária passe de classe em si – ou seja, instintiva, uma existência meramente física – para classe para si, ou seja, consciente de seus objetivos contrapostos a burguesia, de seus métodos de luta e sua força. A consciência de classe do operariado mede-se pela sua independência ideológica e organizativa, enfim, pela sua constituição em partido político, em partido revolucionário.

### Capítulo 3: o valor da mercadoria. valor de uso e de troca

Tudo que é produzido pelo homem tem como objetivo suprir suas necessidades, portanto todo e qualquer produto tem seu valor de uso ou seja, sua utilidade. Quando os produtos do trabalho ingressam no mercado, são comprados e vendidos, se transformam em mercadorias. Esta capacidade de uma determinada mercadoria ser trocada por outra, ocorre devido ao seu valor de troca. Todo produto útil, ou seja, que tem valor de uso, no capitalismo pode se transformar em mercadoria, mas nem tudo que tem valor de uso é mercadoria. Aquilo que é produzido para a subsis-

<sup>1</sup> Os meios de produção são as máquinas, matérias-primas, energia elétrica, etc. A força de trabalho é o dispêndio de nervos e músculos do operário.

tência, para uso pessoal, tem valor de uso mas não é mercadoria.

Os valores das mercadorias são determinados pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção em condições médias de habilidade e técnica. A força de trabalho é a criadora de valor, da mais-valia. O preço é a expressão monetária do valor. Uma mercadoria por sua facilidade de transporte, durabilidade e resistência foi escolhida para ser utilizada como equivalente geral do valor, ou seja, das trocas entre as mercadorias. Esta mercadoria foi, historicamente, o ouro e a prata. Para facilitar as trocas, os metais preciosos foram substituídos pelo papel moeda e pelos cheques.

A força de trabalho é uma mercadoria como outra qualquer e, por isto, é medida pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção.

#### **Capítulo 4: o nascimento da nova sociedade: materialismo e dialética**

O homem faz parte da natureza e é produto dela. Tanto as idéias quanto a vida social dependem do mundo que o cerca.

As idéias que há do mundo circundante são o reflexo da matéria no cérebro humano. Quanto a vida social, o homem nunca viveu só ou isolado, o homem é um ser social. Ou seja, vive em sociedade. A produção da vida social realiza-se através das relações de produção contrárias entre si. As relações de produção são a maneira pela qual os homens se relacionam para produzir o necessário a sua sobrevivência. As relações de produção são limitadas pelas possibilidades do desenvolvimento técnico (forças produtivas).

A sociedade é formada pela unidade destes dois contrários: forças produtivas e relações de produção. Enquanto que as forças produtivas desenvolvem-se rapidamente, tendendo a fazê-lo sem cessar, as relações de produção são mais estáticas, permanecendo as mesmas. Chega um momento em que o desenvolvimento das forças produtivas exige novas relações de produção. Este é o momento da transformação (revolução social), do nascimento da nova sociedade.

A transformação a que nos referimos é causada pelo choque destes contrários

intrínsecos à sociedade. Citamos: A transformação de um objeto se realiza de acordo com suas próprias leis. Uma das forças contrárias vai se acumulando gradualmente, sem causar, de imediato, uma mudança de qualidade, mas quando chega a certo grau de acumulação provoca o salto qualitativo. O desenvolvimento se efetua em espiral, não em círculo. Um fenômeno é negado pelo seu contrário, não destruído. Concluimos: É sob as bases da sociedade anterior que se constrói a sociedade futura. Este é o movimento dialético.

As bases materiais (as condições objetivas) da nova sociedade já estão contidas no capitalismo: a produção baseada na máquina (o que permite uma produção ilimitada), a economia mundializada (o que permite a união de todos os povos, o desaparecimento das fronteiras nacionais e a planificação mundial da produção) e a produção altamente socializada (o manejo dos meios de produção e seu produto são sociais). Entretanto, a revolução social não se realiza de imediato ou de forma mecânica. A revolução social precisa que as classes revolucionárias - no curso de sua luta política, prática, de suas experiências na luta de classes - se organizem, se eduquem e se temperem para cumprir sua tarefa histórica. Ou seja, que existam as condições subjetivas.

As condições subjetivas não podem ir além do condicionamento das condições objetivas. A maturidade do fator econômico forma a base material, objetiva, da revolução social. Mas para ela se realizar precisa das condições subjetivas, ou seja, a consciência de classe.

A maturidade das condições subjetivas se mede pela formação de seu Partido Operário Revolucionário - consequentemente pelo ajuste de seu programa e organização - e por sua penetração no seio das massas.

#### **Capítulos 6 e 7: as organizações próprias do proletariado e seus métodos de luta**

Os sindicatos e os partidos operários são organizações próprias do proletariado.

O sindicato surgiu, historicamente, antes dos partidos políticos. Seu objetivo é a resistência à exploração capitalista e excessos patronais. Corresponde à luta

instintiva e econômica do proletariado. É uma organização de frente única, ou seja, deve garantir a livre expressão de todas as tendências do pensamento operário existentes na categoria. Para isto deve basear-se na mais ampla democracia interna. A direção deve ser constituída através de amplas e bem divulgadas eleições. Os diretores de um sindicato devem ter seus mandatos com base na possibilidade da revogabilidade conforme desejos da base. Os dirigentes, para não cair em desvio burocrático e não se desligarem da vontade das bases, devem convocar periodicamente as assembléias gerais.

Os partidos operários surgem quando do avanço da consciência de classe do proletariado, ao perceberem a limitação dos sindicatos na luta pelo fim da exploração e opressão de classe dos capitalistas. O partido operário é a expressão da consciência de classe do proletariado. Tem como objetivo a organização independente do proletariado para a conquista do poder político. É um instrumento político para elevação da classe ao controle do Estado. Um partido revolucionário distingue-se de outros partidos por seu programa expressar os objetivos históricos do proletariado e não unicamente seus objetivos imediatos. O partido operário agrupa uma minoria dos proletários, é um partido de vanguarda. Sua organização básica é o centralismo-democrático, ampla democracia interna e o maior rigor na unidade externa. O partido revolucionário combina o trabalho ilegal com o legal.

#### **A relação entre sindicato e partido operário**

Sindicato e partido não são organizações antagonicas ou totalmente estranhas, ao contrário, estão em relação mútua. A orientação dos sindicatos depende de qual tendência política os domina ou dirige. É justa a pretensão dos partidos, inclusive dos revolucionários, em atuar no seio dos sindicatos para dirigi-los. Agora, esta atuação deve-se realizar através de sua militância e não por meio de imposições burocráticas.

O militante revolucionário formula respostas para os problemas dos trabalhadores sob o ponto de vista do programa revolucionário, transmitindo assim, aos companheiros de trabalho a influên-

cia da organização política em que milita. Na luta diária, os militantes revolucionários, ao demonstrarem uma indiscutível fidelidade aos interesses das massas, ganham a confiança delas e, desta forma, conseguem que o partido operário possa dirigi-las politicamente ao caminho da revolução social. Sem esta direção, os sindicatos acabam servindo a burguesia e transformando-se em obstáculos para a conquista do poder político do Estado pelos trabalhadores.

### **Os métodos de luta**

Os métodos de luta próprios do proletariado são aqueles em que colocam em suas mãos a solução dos seus problemas, cuja a mais alta expressão é a ação direta: as manifestações de rua, a ocupação de fábricas e as múltiplas manifestações da luta armada (insurreição e guerra civil). Os métodos de luta respondem as necessidades históricas concretas.

O proletariado adota também os mé-

todos de luta das outras classes sociais, como o parlamento e a guerrilha, modificando-os profundamente. Pois subordina eles à mobilização e ação das massas, dando-lhes uma projeção revolucionária. A guerrilha, por exemplo, é utilizada pelo partido revolucionário como luta armada de massas, não como a luta de uma minoria estranha as maiorias – este último seria o foco armado, completamente estranho ao programa do proletariado revolucionário.

## **O Partido e sua Organização**

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciados no Massas n.º 160. Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retrata o período da ditadura Garcia Meza (71) e o processo de abertura logo a seguir (77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, onde o Partido tem de se readequar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre para ampliar seu trabalho com as massas e principalmente a captação da nova militância. Aqui nesta parte é colocado como se deve preparar a militância para trabalho com o desenvolvimento das consignas nos meios populares.

### **Manual do Organizador Captação Massiva de Militantes (IV)**

Como deve a militância ser preparada para um trabalho de uma designada consigna nos meios populares? Devemos começar assinalando que a viga mestra desta preparação continua sendo o quadro militante que, de um modo geral, deve ser elaborada pela direção.

A célula começará estudando e discutindo um panfleto, um jornal, ou uma palavra de ordem, isto para pôr em evidência sua parte essencial (aquela que deve ser exposta para os explorados, mostrando a relação que tem com os objetivos programáticos do partido) e desta forma assimilá-la. A questão não está em que os militantes repitam ao pé da letra o texto de um panfleto, mas que sejam capazes de expor sua idéia ou idéias básicas.

Uma vez reestabelecida a essência de uma consigna, por exemplo, deve-se estudar com cuidado em que momento e circunstâncias deve ser apresentada para as massas; deve ser oportunamente manejada, caso contrário ninguém dará conta da sua existência.

Também merece um atento estudo e discussão a forma sob a qual deve ser exposta uma consigna e que depende das

circunstâncias dentro das quais se deverá atuar (estado de ânimo das massas, tendências políticas predominantes em seu interior, possíveis modificações no dia seguinte, qualidade de nosso expositor, quantidade e qualidade da militância porista, porcentagem de contatos, natureza da propaganda lançada neste setor etc.) Algumas vezes, convém fazer uma apresentação direta e sem voltas de uma determinada tese; outras vezes se deverá fazê-la indiretamente; uma exposição agitativa pode, em certas ocasiões, facilitar sua compreensão pelos ouvintes; em outra oportunidade, será melhor explicar com paciência e detalhes nossas posições. Nas reuniões celulares, só se pode fixar as grandes linhas da atuação pública, mas essas mesmas linhas podem sofrer alterações pela presença de fatores que não foram previstos; em todos os casos, o detalhe dos movimentos devem ser estabelecidos no mesmo cenário da atuação. Para que o trabalho dê bom resultado são necessárias duas condições: atuação coletiva e que a direção esteja nas mãos de um quadro experimentado e capaz, pois deve, em determinada circunstância, fazer modificações no plano discutido anteriormente. Se estão em jogo aspectos políticos fundamentais, a célula indicará até que limites podem se introduzir variantes no plano inicial.

Como se vê, é a célula que ensina os militantes a assimilar a essência de uma consigna e expô-la e defendê-la. Além do mais, na célula se assinalam as possíveis objeções de nossos adversários às colocações que faremos e a maneira de rebatê-las.

O trabalho no seio das massas se realizará em equipe e sob uma direção única. Cada militante recebe uma missão concreta e a deve executar durante a atuação. Assinala-se ao orador os setores sobre os quais convém pressionar, os adversários que é preciso atacar. Discutirão-se quais setores nos interessam, de quem devemos nos aproximar para influenciar, quais devemos estar próximos e quais procuraremos ganhar como simpatizantes. Além do mais, todos os militantes devem estar atentos para captar todos os comentários sobre nossa propaganda e atuação.

O trabalho da equipe celular conclui com um balanço autocrítico de tudo que fez e do que deixou de fazer. Se depois de todo esse trabalho se comprova que uma de nossas consignas é impopular, devemos concluir que essa ainda não amadureceu o suficiente para se apropriar dela e que é preciso passar ao plano propagandístico que nos permita explicar pacientemente seu conteúdo, assim, com certeza, as massas concluirão sendo mobilizadas por elas no futuro.

# História do movimento operário no Brasil

## PARTE XI: A Consolidação da Burguesia Industrial Brasileira e o Movimento Operário

Durante as décadas de 40 e 50 a burguesia industrial brasileira se consolidou enquanto classe social dirigente, subordinada aos interesses do capital internacional imperialista. Tomando o lugar que até então era da oligarquia agrária, passa a controlar os rumos da economia nacional. Como burguesia de um país semi-colonial cumpriu seu papel de mediadora destes interesses, facilitou o ingresso das multinacionais e a intensificação da exploração sobre o proletariado brasileiro, ficando na condição de parceira menor da burguesia internacional.

Essas duas décadas serviram para que esta burguesia, controladora do Estado, criasse a infraestrutura básica para que o capitalismo industrial dependente pudesse se estabelecer definitivamente. Neste período tratou de ampliar a abertura do país para o capital estrangeiro, concedendo benefícios e facilitando sua penetração em vários setores da economia. Para isso, patrocinou gigantescos investimentos na construção de rodovias; companhia de extração de minérios (Vale do Rio Doce) e fontes de energia (Petrobrás) e construção de hidroelétricas; etc.

No entanto, além de criar condições estruturais favoráveis para que o capital estrangeiro penetrasse com tranquilidade no país e pudesse lucrar ainda mais, a burguesia nacional precisava controlar e manipular a classe operária, coibir suas manifestações e seus organismos de classe. É com este objetivo que as frações da classe burguesa passam a se organizar em torno de partidos políticos oficiais, que expressassem as frações burguesas oligárquicas em disputa pelo poder. Sendo assim, foram fundados o PSD (Partido Social Democrático), representante dos latifundiários, setores da burguesia industrial, da burguesia comercial; a UDN (União Democrática Na-

cional), representante de outra parcela da burguesia industrial, burguesia comercial e da burguesia financeira; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), representante da pequena burguesia industrial e comercial, da classe média e dos sindicatos de caráter oficial.

Os partidos burgueses revezavam no poder através de eleições manipuladas e, em regiões do interior, eram controladas pelos "coronéis" por meio do compadrismo e da coação. Desta forma, o Estado burguês, através das eleições e da suposta democracia, mantinha longe do poder político as classes sociais indesejáveis. Perpetuava as ilusões dos operários e das demais classes, acenando com a possibilidade de ascensão política destas na disputa pelo controle do Estado através de eleições pacíficas, assim como possuir seus representantes no parlamento burguês.

Este período é marcado pelo crescimento da luta operária e camponesa: em 1945, ocorreram 365 greves; em 1953, os operários da indústria têxtil de São Paulo iniciam greve e atingem mais 7 categorias, totalizando 300 mil grevistas; em 1960, ocorrem 180 greves, totalizando 954 empresas em São Paulo; em 1961, foram 154 greves, totalizando 980 empresas, também em São Paulo; em 1961, o PCB, em aliança com o PTB, passam a controlar a CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) e deflagram greve geral, exigindo a nomeação de ministros e um plebiscito sobre a Emenda Parlamentarista. Os trabalhadores rurais, através da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas), incentiva a criação de inúmeros sindicatos (em 1961, havia apenas 6 e em 1964 já havia 1300 sindicatos com 500 mil associados), que desencadeiam várias greves.

Apesar do crescimento das organizações da classe operária e dos campone-

ses, que passaram a reivindicar reformas sociais, tanto os sindicatos operários como os dos trabalhadores rurais, que tinham como tarefa organizar o conjunto dos trabalhadores contra a exploração acentuada dos patrões, primavam pela estratégia eleitoral. Apoiando candidatos próprios ou de frações da burguesia que não expressavam os interesses da classe trabalhadora, mas apenas a utilizavam com o objetivo de ampliar o número de eleitores.

Desta forma, observamos neste período a submissão desses movimentos nesses partidos em depositar suas expectativas de melhores condições de vida nas mãos de direções sindicais e partidárias traidoras, que iludiam os operários, camponeses e demais oprimidos com a promessa de participação nas decisões políticas do país. A aliança das direções do proletariado, dos camponeses com frações da burguesia, contribuiu para a amortização da luta de classes, retirando dos trabalhadores sua principal arma de luta, a ação direta, ou seja, a greve. Assim, o proletariado, através de suas direções traidoras e burocráticas, mantinha-se submisso aos exploradores no campo da democracia burguesa.

Para a burguesia industrial e demais frações burguesas esse papel desempenhado pelas direções sindicais, contribuiu imensamente para que a implantação do capital estrangeiro fosse facilitada. Os conflitos de classe, principal preocupação da burguesia imperialista, que ocorriam no campo do confronto direto, ou seja, através de manifestações de massa que colocavam em risco o Estado burguês. O controle dos movimentos operário e camponês por direções parlamentaristas (PSB etc) e conciliadoras de classe (PCB) impediu que as lutas avançassem para a revolução social.

# Comemoração aos 130 anos da Comuna de Paris

Na semana de 21 a 26 de maio ocorreram várias atividades nas Universidades. Na PUC/SP, no dia 22 houve o ato público com a presença de movimentos como MST, sindicatos, associações, entidades estudantis, movimentos populares, intelectuais e partidos políticos, entre eles, o POR.

Consideramos que foi uma rica discussão em torno do Estado, ditadura do proletariado, do partido revolucionário e dos métodos da ação direta. No debate, as posições políticas se evidenciaram e muitas delas se chocavam com as lições da Comuna e com os ensinamentos de Marx, expressos na obra "Guerra Civil na França".

Um das atividades foi a discussão em torno da Comuna de Paris e a Educação. O texto divulgado, "Comuna e Transformações", inicia assim: "A Comuna de Paris foi uma revolução social e, como tal, assumiu uma série de transformações e reformas. A educação esteve entre os objetivos essenciais e

imediatos".

As mudanças educacionais da Comuna revelavam o fracasso da burguesia em implantar de conjunto as tarefas democráticas para o ensino. Por outro lado, indicavam que somente o proletariado tem condições de realizar a mais profunda reforma democrática na educação e colocá-la vinculada à produção social. Porém, o pouco tempo de existência (18 de março a 28 de maio) fez com que a Comuna não pudesse concretizar as mudanças estratégicas no campo educacional.

Foi apresentada a resolução sobre o ensino, de 17 de maio, assinada por Vailant (membro da Comuna e da 1ª Internacional) que diz: "é importante que a Revolução Comunal afirme seu caráter essencialmente socialista por uma reforma de ensino, assegurando a todos a verdadeira base de igualdade social, de instrução integral a que cada um tem direito e facilitando-lhe a aprendizagem e o exercício da profissão para a qual o dirigem seus gostos e aptidões". Tal reso-

lução veio depois de decretar a separação entre o Estado e a Igreja (2 de abril) e colocar a defesa da escola laica, portanto, científica.

A lição mais importante que podemos assimilar da experiência da Comuna com a educação é a de que a burguesia não poderá fazer nenhuma reforma educacional em favor das massas trabalhadoras. Nem mesmo pôde ir a fundo na implementação da escola pública, gratuita, laica a todos. Nos dias atuais, a burguesia está obrigada a destruir o ensino público. O que se passa com a ampliação do "ensino à distância", tele-sala, "flexibilização de currículo", "precarização das condições de trabalho", "parcerias" com empresas e a imposição do "trabalho voluntário (para substituir professores e funcionários) atestam o desmonte da educação gratuita no Brasil. Por outro lado, mostrou que a defesa da escola única, pública, gratuita, laica, autônoma e vinculada à produção é parte do programa da revolução e ditadura proletárias.

**Antônio Justino (Tonhão) e mais os grevistas que foram presos na greve de 2000 estão sob a ameaça de condenação. É urgente a campanha de defesa desses companheiros contra a perseguição política. Pelo fim imediato dos processos contra os lutadores!**

## Campanha contra a condenação de Vilma Plata e Juan Carlos Martinez

Recebemos um abaixo assinado de Porto Velho (Rondônia) em defesa da liberdade imediata das duas lideranças bolivianas. Eis um trecho: "libertação imediata dos camaradas revolucionários bolivianos, Vilma

Plata, que foi condenada a 18 meses de prisão e Juan Carlos Martinez, declarado rebelde e contumaz, privado dos seus direitos civis com ordem do confisco de todos os seus bens e mandado compulsório de pri-

são. O delito dos dois combatentes é lutar para por fim a esta ordem social caduca e putrefata, por serem insubornáveis dirigentes sindicais e consequentes militantes da revolução."

**Obras Completas de G. Lora: Adquira com o distribuidor deste jornal. Em breve: VOLUME 61!!!**

## 130 anos da Comuna de Paris

# A “Semana Sangrenta”

Os operários e as massas populares tomaram o poder em Paris (França) no dia 18 de março de 1871, expulsando o governo burguês de Thiers para Versalhes. Este utilizou de todas as formas para derrotar a revolução proletária vitoriosa. Não parou um instante desde março. No início de maio, Thiers negociou com Bismarck a libertação dos soldados franceses presos na guerra Franco-Prussiana. Os inimigos - Thiers e Bismarck - se aliaram para esmagar o proletariado francês. A derrota da revolução parisiense significava a continuidade do regime burguês.

Os operários e a população não se acovardaram diante do avanço da contra-revolução armada. Ao exército de Thiers foram agregados os 100 mil prisioneiros de guerra, o que permitiu avançar sobre a capital pelo lado em que não se encontrava ocupado pelo exército prussiano (Bismarck).

No dia 21 de maio, os versalheses invadiram pela Porta de Saint-Cloud. Inicia-se a chamada Semana Sangrenta. O Comitê de Salvação Pública (da Comuna) divulga o seguinte comunicado em 23 de maio:

“Às Armas

A Porta de Saint-Cloud, cercada por quatro lados ao mesmo tempo pelo fogo do Monte Valérien, da Coína Mont-martre e do Forte d’Issy, que a traição entregou; a Porta de Saint-Cloud foi forçada pelos versalheses, que se espalharam sobre uma parte do território parisiense.

Este revés, longe de nos abater, dever ser um estimulante enérgico. O povo que destrona reis e destrói as Bastilhas; o povo de 89 e de 93, o povo da revolução, não pode perder num só dia os frutos da emancipação de 18 de março.

Parisienses, a luta engajada não poderia ser desertada por ninguém, porque é a luta do futuro contra o passado, da liberdade contra o despotismo, da igualdade contra o monopólio, da fraternidade contra a servidão, da solidarieda-

de dos povos contra o egoísmo dos opressores.

Às Armas!

Às armas, portanto! Que Paris se encha de barricadas e que, por detrás dessas trincheiras improvisadas, lance ainda aos inimigos o seu grito de guerra, grito de orgulho, de desafio, mas também um grito de vitória, porque Paris, com suas barricadas, é inexpugnável.

Que as ruas sejam todas despavimentadas; primeiro porque os projéteis inimigos, tombando sobre a terra, são menos perigosos; depois porque essas pedras, novos meios de defesa, deverão ser acumuladas de distância em distância, sobre os balcões dos andares superiores das casas.

Que a Paris revolucionária, a Paris dos grandes dias, faça o seu dever; a Comuna e o Comitê de Salvação Pública farão o seu”.

Além do chamado a construir a resistência, a Comuna lança também um manifesto, no dia 24 de maio, conclamando os soldados a largar as armas da burguesia e se somar ao proletariado de Paris. Diz assim:

“Aos soldados de Versalhes

Chegou a hora do grande combate dos povos contra seus opressores!

Não abandonéis a causa dos trabalhadores!

Fazei como vossos irmãos de 18 de março!

Uní-vos ao povo, do qual fazeis parte!

Deixai os aristocratas, os privilegiados, os carrascos da humanidade defenderem-se eles mesmos e o reino do justiça será fácil de estabelecer.

Abandonai suas fileiras!

Entrai em nossas moradas!

Vinde a nós, para o meio de nossas famílias. Sereis acolhidos fraternalmente e com alegria.

O povo de Paris tem confiança em

vosso patriotismo

Viva a República! Viva a Comuna!

Por outro lado, o Jornal de Versalhes publicava o comunicado de Thiers em que dizia: “Nada de prisioneiros! concedei aos bravos soldados a liberdade de vingar seus camaradas, fazendo no local e sob a fúria da ação o que, de sangue-frio, eles não desejariam fazer no dia seguinte”. Ou seja, para assassinar imediatamente. Não é por acaso que foi considerada a “semana sangrenta”.

As tropas do governo tiveram de tomar rua a rua, casa a casa para conter a luta dos comunards. Foi um verdadeiro banho de sangue. Quase todos os membros da Comuna presos pelas tropas de Versalhes foram degolados, o mesmo ocorreu com as massas populares defensoras da Comuna. Matadouros funcionavam nas administrações municipais, nas escolas, nos terrenos baldios, nas estradas etc. Houve degolamentos em massa no Panteão, nos Buttes-Claumont etc. Em Mont-martre matou-se por toda parte. Prenderam tantos comunards que era impossível mantê-los em prisão. Foram amontoados em pátios e, no campo de Satory, foram expostos aos piores sofrimentos.

A execução de Varlin (membro da Comuna e da 1 Internacional) mostra bem atrocidades da burguesia. Varlin foi levado ao local onde foram mortos os generais Lecomte e Clément Thomas (18 de março) para ser assassinado. Antes de morrer, gritou: “Viva a Comuna!”

As lições da “Semana sangrenta” marcaram a história da primeira revolução proletária. A invasão de Paris e a retomada pelo governo burguês se deu às custas da enorme repressão sobre a população e os membros da Comuna. Porém, os assassinatos, as deportações, prisões e o terror não fizeram calar a classe operária. Ao contrário, serviram, logo em seguida, para a vitoriosa revolução de Outubro de 1917, na Rússia.

**Argentina:****Paramilitares incursionaron violentamente na casa de Hebe de Bonafini**

Um grupo paramilitar invadiu, no último dia 01/06, a casa da presidenta das Mães da Praça de Maio (organização das mães dos desaparecidos durante a ditadura militar na Argentina), Hebe de Bonafini, e golpearam selvagememente sua filha Alejandra. O grupo estava integrado por três indivíduos jovens, armados,

ao melhor estilo dos grupos vinculados aos serviços de inteligência argentinos, bateram na jovem, lhe aplicaram tortura chamada "la bolsa" e lhe queimaram o corpo com cigarros.

Os agressores não roubaram nada e foram embora da casa proferindo ameaças contra as mães da Praça de Maio.

Rechaçamos esta nova escalada repressiva com que o governo da Aliança (presidida por Fernando de la Rúa) e seus serviços policiais, militares e paramilitares tenta intimidar as Mães da Praça de Maio.

*(denúncia recebida pela Internet)*

**Reunião do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui) de 01/06/2001****Informe das seções:**

1 - Bolívia: O conflito social anterior se entronca imediatamente com o que agora se vive. A essência do problema tem sua raiz nas massas formularem a finalidade estratégica personificada no POR: choque entre a grande propriedade burguesa (transnacionais) e a propriedade social (essência do comunismo). Na linguagem das massas: derrocada da política neoliberal e recuperação das empresas privatizadas (ditadura do proletariado).

O trabalho do partido consiste em expressar politicamente tal processo que tem lugar no seio dos explorados e oprimidos. A militância deve compreender essa realidade, expressá-la teoricamente e superá-la.

2 - Argentina: O regime político atravessa uma profunda crise, que tem sua raiz na extrema dependência do imperialismo, que se tem aprofundado na última década. A incapacidade para tirar o país do atraso e reativar a economia tem levado o governo a sucessivos ataques contra as massas, provocando mais demissões, rebaixamento de salários e superexploração, aumentando os impostos para poder reduzir seu déficit fiscal e pagar a dívida externa. Cada vez é mais evidente para as massas que a burguesia não tem nenhuma saída e que cada coisa que faz agrava ainda mais suas condições, enquanto estalam contínuas denúncias de corrupção. Esta crise do regime tem potenciado a luta das massas por mais pão e trabalho e agora contra as

privatizações que se fizeram. A bancarrota econômica empurra também os pequenos produtores a apelarem para medidas de ação direta para resolver as suas demandas. As lutas das massas não podem avançar mais pois seguem presas a suas ilusões democráticas e o papel lamentável que jogam as direções democráticas e reformistas. A tarefa central dos revolucionários é ajudar as massas a darem um salto na ruptura das ilusões democráticas intervindo em seu seio. Recomendação: é necessário que o partido eleve sua formação política e resolva sua organização, estruturando-se de forma centralista democrática.

3 - Brasil: destaca-se na situação a ampliação dos choques interburgueses. Por trás dos choques está a bancarrota da política econômica e social do governo pró-imperialista. No momento, a burguesia se encontra frente à dificuldade de ter uma nova orientação para a crise ou sustentar a continuidade do Plano Real. A explosão dos escândalos de corrupção é um sintoma das disputas burguesas no aparato do Estado. Os trabalhadores agora começam a compreender o significado da política pró-imperialista e antipopular da coalizão PSDB/PFL/PMDB. A tendência é colocar suas reivindicações mais elementares e rechaçar a corrupção da burguesia. O maior partido de oposição, que é o reformismo, trabalha para canalizar o descontentamento da classe ope-

rária e demais oprimidos alimentando as ilusões democráticas. Três argumentos são manejados: 1- A possibilidade de eliminar a corrupção através do próprio parlamento apodrecido; 2- Que todo problema está em constituir um novo governo em 2002 com as eleições presidenciais; 3- Que a situação de pobreza e miséria poderá ser superada gradualmente com uma nova diretriz econômica a partir do Estado burguês.

O trabalho revolucionário está em interpretar politicamente as tendências radicais da luta das massas.

4 - Chile: Quatro elementos caracterizam: 1) o modelo de acumulação pinochetista se encontra isolado, a submissão ao imperialismo e a ausência da mais elementar formulação da parte da burguesia chilena tem seu atual corolário no estancamento da economia e sua tendência à decomposição. 2) o regime mostra inconfundíveis traços policialescos e totalitários, sua única resposta à crise do capital é a repressão o aumento da fome e miséria; frente a isso um setor do regime começa a colocar reformas como única via para conter uma iminente explosão das massas; 3) as massas não saem de seu estado, mas se observa traços de radicalização e ação direta por fora dos partidos do regime; 4) os revolucionários no Chile devem se voltar para um amplo trabalho no seio das massas buscando interpretá-las na sua atual situação.